

PROGRAMA REDE DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL NA MODALIDADE A DISTÂNCIA E A INSTITUIÇÃO DO CURSO DE TECNOLOGIA ASSISTIVA

Cicera Aparecida Lima Malheiro¹; Klaus Schlünzen Junior²;
Danielle Aparecida Nascimento dos Santos³

Grupo 1. 2. Gestão e estrutura da educação a distância: Planejamento, organização e financiamento

RESUMO:

Neste trabalho é descrita a análise sobre um curso para o uso da Tecnologia Assistiva promovido por meio de um Programa de formação de professores do Ministério da Educação na modalidade à distância. Para tanto realizamos uma análise dos documentos (editais, referenciais, manual) do Curso de Tecnologia Assistiva, Projetos e Acessibilidade: Promovendo a Inclusão (Curso de TA), no âmbito do Programa de Formação Continuada de Professores na Educação Especial. O objetivo do curso é subsidiar o desenvolvimento de conhecimentos teóricos e práticos para o atendimento de estudantes público alvo da educação especial na rede pública de ensino. Assim, consideramos as manifestações que os professores vêm pontuando em relação à necessidade de formação continuada sobre a educação especial na perspectiva da educação inclusiva.

Palavras-chave: educação a distância; tecnologia assistiva; organização de programa de formação.

ABSTRACT:

PROGRAM NETWORK FOR CONTINUING EDUCATION TEACHER SPECIAL EDUCATION IN E-LEARNING INSTITUTION COURSE OF ASSISTIVE TECHNOLOGY

We describe the analysis of a course Assistive Technology, promoted through a program of teacher of Ministry of Education e-learning mode. Therefore we performed an analysis of documents (notices, references, manual) that established the Assistive Technology Course, and Accessibility Project: Promoting Inclusion (Course of TA) under the Continuing Education Program in Teacher Education special. The Course of TA was organized to support the development of theoretical and practical knowledge to meet the growing audience of students entering special education in public schools. Thus, we consider the manifestations in view of the demonstrations that teachers are pointing in relation to the need for continuing education on special education from the perspective of inclusive education.

Keywords: e-learning, assistive technology, training program organization

¹ Mestranda do Programa de Pós Graduação em Educação Especial – UFSCar – malheiro.cl@gmail.com

² Professor Doutor, Coordenador do Núcleo de Educação a Distância da UNESP - klaus@fct.unesp.br

³ Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Educação da FCT/UNESP - danisantos.unesp@gmail.com

1. Introdução

Por meio dos referenciais legais da Educação a Distância (EaD) evidenciamos que cursos desenvolvidos por meio desta modalidade podem ser regulamentados e ofertados em praticamente todos os níveis e modalidades de ensino, desde que observadas as exigências legais sobre a criação, organização, oferta e desenvolvimento do curso. A EaD também pode ser implementada na formação continuada de professores.

Um marco referencial na EaD brasileira foi a criação da Secretaria de Educação a Distância (SEED) junto ao Ministério da Educação, a qual contribuiu para a elaboração das políticas públicas em EaD junto ao poder legislativo. Instituída por meio do Decreto nº 1917/1996 (BRASIL, 1996b), viabilizou diferentes programas na área da educação, dentre esses programas, destacamos o programa: “Sistema Universidade Aberta Brasileira (UAB)” instituída pelo Decreto nº 5.800/2006 (BRASIL, 2006a). A UAB foi reconhecida como uma alternativa para a democratização do acesso ao ensino superior. Também se destacou por oferecer uma oportunidade ao atendimento das necessidades da educação superior no país, o que contribuiu para o enfrentamento de um cenário nacional de assimetrias educacionais, em relação à oferta de cursos superiores e também em relação às possibilidades de oferta de educação continuada ao longo da vida (BRASIL, 2006 apud SCHLÜNZEN et. al. 2008). E hoje tem como meta principal a formação e consolidação de uma rede nacional de oferta de educação superior pública de qualidade, inserida na modalidade a distância e nos termos do Decreto nº 5.800/2006 (BRASIL, 2006a), buscando a superação dos desequilíbrios regionais no Brasil.

Por meio da UAB, são instituídos programas de formação inicial e continuada, apoiados pela legislação da EAD. Dentre eles, o Programa da Rede de Formação Continuada de Professores em Educação Especial.

Diante das necessidades brasileiras em relação à proposta de ampliação da formação docente para a oferta do atendimento educacional especializado⁴ (AEE), o MEC, por meio de sua Secretaria de Educação Especial⁵ (SEESP), criou um programa específico de formação continuada de professores na educação especial, voltado para o desenvolvimento de habilidades profissionais dirigidas ao ensino de estudantes Público Alvo da educação especial (PAEE), propiciando assim avanços na educação inclusiva. Dentre os conteúdos⁶ estabelecidos para a formação no referido programa está o conteúdo sobre “Ajudas Técnicas/Tecnologia Assistiva”.

2. Objetivo

⁴ O Atendimento Educacional Especializado é um serviço da educação especial, organizado institucionalmente para o atendimento às especificidades educacionais dos estudantes com deficiência, síndromes, autismo e altas habilidades/superdotação. Esse serviço não substitui a escolarização realizada na classe comum, porém visa ampliar o currículo escolar (BRASIL, 2007a).

⁵ Devido a extinção da SEESP seus programas foram vinculados a SECADI (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão).

⁶ Outros conteúdos apontados como necessários: Libras, Braille, Ajudas Técnicas/Tecnologia Assistiva, Atividades de Vida Diária, Orientação e Mobilidade, Soroban, Desenvolvimento de Altas Habilidades/Superdotação, Desenvolvimento Cognitivo, Estimulação Precoce.

Analisar e descrever como foi instituído um curso para o uso da tecnologia assistiva, promovido por meio de um Programa de formação de professores na modalidade a distância.

3. Metodologia

Para atender os propósitos desta investigação realizamos uma análise dos seguintes documentos: Edital nº02 de abril de 2007 (BRASIL, 2007a); Edital nº06 de 27 de junho de 2007 (BRASIL, 2007b); Edital nº7 de 28 de junho de 2007 (BRASIL, 2007c), destinados ao Programa de Formação Continuada de Professores na Educação Especial; o projeto do Curso de Tecnologia Assistiva, Projetos e Acessibilidade: Promovendo a Inclusão; os relatórios técnicos e científicos da 1ª e 2ª edição; agendas da 1ª e 2ª edição do curso de TA e o Manual do Cursista.

Este artigo faz parte dos resultados de uma das etapas realizada tendo em vista o desenvolvimento de uma monografia apresentada no curso de Pós-Graduação “*Lato Sensu*”, em Gestão Educacional.

4. Programa da Rede de Formação Continuada de Professores em Educação Especial

Tendo como o foco o desenvolvimento de habilidades para atuar no serviço de apoio AEE, o Programa da Rede de Formação Continuada de Professores em Educação Especial buscou atender o objetivo de instituir um programa próprio ou em regime de colaboração para formação inicial e continuada de profissionais da educação (Plano de Metas: “Compromisso Todos pela Educação” - Plano de Desenvolvimento da Educação da União Federal, instituído pelo Decreto nº 6.094/2007 - BRASIL, 2007f).

Por intermédio da SEESP, a proposta do Programa da Rede de Formação foi circunscrita no âmbito do Sistema UAB a partir da parceria instituída pelo Decreto 5.622/2005 (BRASIL, Art. 7º 2005a) realizada com a União:

No que compete ao Ministério da Educação, mediante articulação entre seus órgãos, propõem a organização, em regime de colaboração, nos termos dos Art. 8º, 9º, 10º e 11º da Lei nº 9.394, de 1996, a cooperação e integração entre os sistemas de ensino, objetivando a padronização de normas e procedimentos em atendimento ao disposto no art. 80 daquela Lei: I - credenciamento e renovação de credenciamento de instituições para oferta de educação a distância e II - autorização, renovação de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos ou programas a distância.

A SEESP/MEC lançou em 2007 os seguintes editais: Edital nº 02, de abril de 2007 (BRASIL, 2007a); Edital nº 06, de 27 de junho de 2007 (BRASIL, 2007b) e o Edital nº 7, de 28 de junho de 2007 (BRASIL, 2007c). Estes tiveram o intuito de contribuir com os projetos pedagógicos que atendessem às necessidades de organização das instituições escolares para o desenvolvimento de práticas pedagógicas e de acessibilidade das escolas da rede pública de ensino, e garantir condições de acesso e de permanência dos estudantes PAEE no ensino regular.

Os editais foram pautados por meio das disposições estabelecidas pelas Diretrizes Nacionais da Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001) e das disposições da Resolução nº 02/2002 (BRASIL, 2002) que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, sendo estas responsáveis por determinar a inclusão de conteúdos curriculares e conhecimentos acerca do PAEE.

Outro documento que serviu de base para a constituição do programa foi o Decreto nº 5.626/2005 (BRASIL, 2005b). Além de mediar a oferta dos projetos de cursos pelas Instituições de Ensino Superior (IES), os Editais (BRASIL, 2007a; 2007b) propuseram como objetivos: formar professores dos sistemas estaduais e municipais de ensino para o AEE, por meio da constituição de uma rede de instituições públicas de ensino superior para a oferta de cursos de formação continuada de professores para o AEE; desenvolver pesquisa, ensino e extensão na área da educação especial; integrar à rede de instituições públicas de ensino superior a adesão das secretarias de educação municipais e estaduais ao Programa de Formação Continuada de Professores na Educação Especial; e, ofertar aos sistemas públicos de ensino da educação básica cursos de formação continuada de professores para o AEE.

Já o edital nº7 (BRASIL, 2007c) estabeleceu como objetivos: selecionar instituições públicas de educação superior para organizarem cursos de formação continuada de professores na modalidade a distância, a título de extensão, na área da TDIC na educação especial e formação de professores para o AEE; ofertar aos sistemas públicos de ensino da educação básica cursos de formação continuada de professores para o uso da TDIC na educação especial e para a oferta do AEE aos estudantes PAEE.

Nesse processo, as IES, com base nas disposições e orientações estabelecidas nos referidos editais, criaram seus cursos na modalidade da EaD para concorrerem ao sistema de seleção proposto pelos editais. As IES que tiveram os seus cursos selecionados foram contempladas com recursos financeiros viabilizados por meio do Fundo Nacional de Educação (FNDE) e da UAB (que foram dispostos no mesmo edital e assegurados por meio de legislação complementar), para início dos seus projetos de cursos. Em contrapartida, as IES deveriam apresentar infraestrutura física e equipe docente para a execução da proposta dos seus projetos de cursos.

O Edital nº 2 (BRASIL, 2007a) estabeleceu que os cursos tinham que atender a um nível de ensino (extensão, aperfeiçoamento ou pós-graduação) na modalidade a distância, e se inserir dentro de uma das seguintes áreas de concentração de educação especial e ter carga horária mínima de 120 horas. Além disso, cada projeto de curso deveria conter: ementário; programa com os respectivos docentes responsáveis; objetivo; justificativa; metodologia; recursos didáticos; avaliação; área de concentração de educação especial; público-alvo (professor do ensino comum ou da educação especial); especificidade da certificação; carga horária; projeto de capacitação de tutores de

quarenta horas; cronograma de execução; descrição dos recursos financeiros necessários para o desenvolvimento do curso, seguido de planejamento e cronograma financeiro justificado.

5. Curso de Tecnologia Assistiva, Projetos e Acessibilidade: promovendo a inclusão

A Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) - Campus Presidente Prudente da Universidade Estadual Paulista (UNESP) concorreu ao Edital nº 2, de abril de 2007 (BRASIL, 2007a), com o projeto do Curso de extensão “Tecnologia Assistiva, Projetos e Acessibilidade: promovendo a inclusão”.

Após ser contemplada mediante a celebração do convênio⁷ (instrumento legal e específico) junto à Reitoria da UNESP, a coordenação do Curso de TA recebeu apoio financeiro para a contratação de secretária, apoio técnico, formação de tutores e para o desenvolvimento de material pedagógico. Além disso, foram financiadas, junto ao Sistema UAB, bolsas para os profissionais (coordenação, supervisor em EAD, pesquisadores, formadores, tutores e mediadores) que atuaram na mediação do processo formativo dos professores cursistas (PC).

Essa assistência financeira foi prestada e administrada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o qual, ao avaliar a demanda orçamentária solicitada pela UNESP por meio de instrumentos específicos (Plano de Trabalho Anual – PTA), cuidou da transferência dos recursos para uma conta da Universidade. Sendo que na 1ª edição do Curso de TA, em 2008, esse montante envolveu a formação de vinte e três turmas (em torno de 25 PC em cada turma) em dez Estados brasileiros, totalizando quatrocentos e noventa e quatro professores concluintes do curso (SÃO PAULO, 2009).

O Ministério da Educação, por meio desse edital, não ofereceu apoio financeiro para despesas de infraestrutura ou para aquisição de equipamentos e demais despesas de capital (BRASIL, 2007a), entendendo que esses recursos fazem parte da contrapartida da IES promotora do curso. Assim, os profissionais do Curso de TA, usufruíram das dependências e da infraestrutura da universidade.

As atividades da primeira edição do Curso de TA iniciaram-se em 2008 em nível de extensão e tiveram uma carga horária de cento e vinte horas. No ano seguinte, em 2009, em sua segunda edição em nível de aperfeiçoamento, o Curso de TA passou a ser ministrado com uma carga horária de cento e oitenta horas e abrangeu vinte e quatro turmas, em dezesseis Estados brasileiros, com trezentos e oitenta professores aprovados.

A organização e estruturação do Curso de TA deram-se por meio de quatro módulos (I - Introdução à Educação; II – Tecnologia Assistiva; III – Objetos de Aprendizagem; IV – Projeto para a Inclusão a Distância, com o objetivo de contribuir com a formação continuada dos professores da rede pública de ensino para um melhor atendimento educacional especializado a estudantes PAEE, de forma a complementar o ensino regular por meio da utilização das TDIC (PRESIDENTE PRUDENTE, 2009).

⁷ Regulamento pelo Art. 26 – Capítulo IV – Disposições Finais do Decreto nº 5.622 de 2006.

Compreendemos a partir de Perez (2011) que diante da elaboração de um curso na modalidade a distância, as ações de formação em serviço necessitam ser refletidas na prática pedagógica do professor.

Tendo em vista a proposta do curso e sua mediação por meio da EaD, Perez (2011) esclarece que dentre as metas do módulo I uma delas objetivou “fazer com que todos os PC adquirissem conhecimentos básicos sobre informática, sobre as ferramentas do ambiente virtual de aprendizagem e sobre a administração do seu tempo dentro da sua rotina diária”. A autora justifica que tais medidas servem para não prejudicar profissionais que estivessem desatualizados com o tema, possibilitando assim uma nova forma de abordagem mais contextualizada e reflexivo-afetiva de EaD.

Santos et. al. (2011) explica que, tendo em vista uma melhor contextualização do conteúdo do módulo II, foi proposta a identificação de TA no contexto dos PC. Para tanto, houve incentivo para que os PC pesquisassem novos recursos e buscassem aprimorar suas práticas pedagógicas. Os recursos trabalhados no módulo II foram: aplicativos de acessibilidade do sistema operacional Windows, dos softwares DosVox, Teclado Amigo e LentePro - todos disponíveis gratuitamente para download.

No módulo III, de acordo com Rinaldi et. al. (2011), o conceito sobre os Objetos de Aprendizagem (Softwares Educativos) foi trabalhado tendo como foco a compreensão de que estes recursos podem potencializar os processos de ensino e aprendizagem na sala de aula regular, contribuindo também para a inclusão digital, escolar e social dos estudantes PAEE.

No módulo IV, Santana et. al. (2011) pontua que, além do trabalho com projetos para a inclusão, este módulo teve como premissa orientar os PC para o uso da tecnologia como ferramenta importante para o enriquecimento e o desenvolvimento das habilidades dos estudantes PAEE. Para os autores, o trabalho com projetos, a informática e as demais tecnologias como a TA surgem como potencializadoras de capacidades, e favorecem a inclusão. Os autores exemplam que a utilização de projetos levanta sugestões e desenvolve diversos temas que surgem a partir de ideias específicas aliadas à vida cotidiana, às necessidades, aos interesses e aos desejos de professores e estudantes. Assim, a estrutura do módulo possibilita ao professor cursista a experiência em uma nova estratégia, seja em sua criação, seja vivenciando-a.

De um modo geral, observamos, a partir dos esclarecimentos de Fujita (2011) que a principal meta formativa do Curso de TA era possibilitar a efetiva construção do conhecimento aos PC e que foi contemplada. O autor explica que para a organização didática do curso foram trabalhadas leituras de material bibliográfico e de legislação específica sobre o tema, além de terem sido desenvolvidos o conhecimento, a exploração e a aplicação de Objetos de Aprendizagem (softwares educacionais) e de aplicativos específicos de TA juntamente com a elaboração de um projeto educacional ligado ao tema.

As agendas de atividades do curso em questão, de acordo com Malheiro et. al. (2011b), tiveram a função de orientar e situar a realização do estudo proposto pelo curso. Nelas foram descritos passo a passo o que deveria ser realizado. A autora realça que, tanto visualmente, quanto didaticamente, as agendas foram organizadas de forma estratégica para a compreensão teórica e aplicação prática do conteúdo, permitindo o cursista desenvolver seus estudos com mais autonomia.

O Manual do Curso de TA (PRESIDENTE PRUDENTE, 2009) apresenta de forma sistemática e clara a metodologia de ensino e aprendizagem proposta. Este material foi organizado para contribuir com a compreensão sobre a funcionalidade do curso e para que o professor cursista pudesse se organizar em relação ao seu tempo e espaço, aproveitando de forma produtiva o conteúdo.

Vale destacar que nos Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância (BRASIL, 2007e) o Manual do Curso é um instrumento sugerido para promover um curso de qualidade, e configura-se como um importante instrumento nesse processo. Este tem como objetivo trazer informações visando orientar o professor cursista nos seguintes aspectos: quanto às características da educação a distância; quanto aos direitos e deveres do cursista; e, quanto à postura que o cursista necessita adotar durante o curso.

Ao analisarmos o material citado (PRESIDENTE PRUDENTE, 2009), evidenciamos que nele estão contidas informações gerais sobre o curso (módulos, ementas, objetivos, metodologia), além de informar de maneira clara e precisa os materiais didáticos disponibilizados, além das referências tecnológicas e configurações do computador (funções básicas para realizar as atividades com o uso da internet). Nele também está explicitada a abordagem que permeia o curso (interações entre formadores, tutores e PC), bem como explica o mecanismo de acompanhamento e avaliação da aprendizagem.

Além disso, assim como sugere os Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância (BRASIL, 2007e), o Manual do Curso de TA apresenta um organograma com os nomes de todos os componentes da equipe, assim como sua hierarquia, seguida de suas atribuições no curso.

A partir da leitura do Manual do Curso (PRESIDENTE PRUDENTE, 2009), evidenciamos que foram utilizados como estratégias pedagógicas: o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) TelEduc; a abordagem “Estar Junto Virtual” (VALENTE, 2003), a confecção e seleção de TA e outros recursos de TDIC.

De acordo com Valente (2003), o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) TelEduc integra diversas ferramentas que facilitam a interação entre docentes e discentes. Dentre as ferramentas existentes nesse AVA, foram utilizados no Curso de TA: Agenda, Fóruns de discussão, bate-papo e portfólio. Malheiro et. al. (2011a) realça que as ferramentas foram selecionadas e organizadas para melhor atender à proposta de ensino e aprendizagem do curso, bem como viabilizar o conteúdo e as atividades.

Os formadores e tutores mantiveram contato com os PC por meio do AVA, interagindo com eles, auxiliando-os e estimulando-os durante a construção do conhecimento proposto em cada módulo (MALHEIRO et. al. 2011a). A Autora esclarece que este acompanhamento constante com os PC e a atuação dos formadores e tutores do curso por meio do TelEduc teve o objetivo de estabelecer o ciclo de aprendizagem descrição-execução-reflexão-depuração-descrição proposto por Valente (2003).

Valente (2003) esclarece que este ciclo, por meio da troca de informações e questionamentos, mantém o professor cursista em um processo de constante aprendizado, realizando atividades e gerando conhecimento sobre como desenvolver ações práticas. Todo esse processo necessita contar com a mediação do formador e do tutor e com a colaboração dos demais PC. Assim, todos têm a possibilidade de vivenciar um processo de construção do conhecimento.

O processo de mediação por meio desse ciclo é denominado por Valente (2003) de Estar Junto Virtual. Ele envolve múltiplas interações no sentido de acompanhar e assessorar constantemente o professor cursista para entender o que ele está desenvolvendo em termos de atividade, e assim, propor desafios que o estimulem a atribuir significado ao que está aprendendo. As interações (como ilustra o autor) criam meios para que o professor cursista aplique, transforme e busque outras informações, possibilitando a construção de novos conhecimentos.

De acordo com os Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância (BRASIL, 2007e), os materiais didáticos precisam conter a função indutora, não só em termos da própria concepção teórico-metodológica da educação a distância, mas também, da organização de sistemas de EaD. O documento orienta que em consonância com o projeto pedagógico do curso, o material didático deve desenvolver habilidades e competências específicas, recorrendo a um conjunto de mídias compatíveis com a proposta e com o contexto socioeconômico do público-alvo. Desta forma, Malheiro et. al. (2011) explica que o material do Curso de TA foi organizado considerando as orientações dos Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância (BRASIL, 2007e), e os pressupostos teóricos e metodológicos estabelecidos no referido curso.

6. Considerações Finais

Evidenciamos que, a partir das metas traçadas nacionalmente, parcerias se estabeleceram no âmbito da União para viabilizar, junto as IES, a formação continuada aos professores em serviço nos municípios e estados. O processo educacional inclusivo vem se aprimorando ao longo do desenvolvimento destas parcerias.

A educação inclusiva pressupõe que todos os estudantes, entre eles o público-alvo da educação especial (PAEE), tenham acesso aos ambientes escolares e ao conteúdo curricular, de forma que possam usufruir com qualidade e equidade do processo educacional.

Nesse sentido, e tendo em vista o potencial que as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) e a Tecnologia Assistiva (TA) possuem para a viabilização dessa inclusão, consideramos imperativo a formação dos profissionais da educação acerca da utilização desses elementos nos ambientes educativos.

Para esse investimento formativo, além de outros aspectos, consideramos importante o “tempo” para a viabilização desse processo, bem como na garantia de “conhecimentos atuais” e de “estratégias formativas” para o atendimento das demandas originadas no próprio contexto de atuação dos profissionais da educação.

Verificamos que ao buscar um meio para estruturar e aperfeiçoar esse processo formativo, no próprio contexto de atuação desses profissionais, a EaD tem se tornado uma modalidade promissora em relação a abrangência territorial e a possibilidade de colocar os profissionais da educação em contato nesse processo formativo contínuo e em serviço com as TDIC.

Consideramos importante destacar que a formação continuada de professores (no âmbito estadual, municipal e federal) nas diferentes áreas da educação é viabilizada e financiada pelos próprios sistemas de ensino locais, e tem como objetivo complementar

os programas do Ministério da Educação (MEC) por meio de suas Secretarias: Secretaria de Educação a Distância (SEED)⁸, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), Secretaria de Educação Especial⁹ (SEESP).

No âmbito das políticas públicas federais, percebemos que planos, programas, ações e pesquisas (formação, EAD, recursos e serviços de TA) foram e estão sendo constituídos para aumentar a participação dos municípios no processo educacional. Apesar de essa esfera administrativa ser a mais recente no cenário da educação, ela é um importante elemento no desenvolvimento e na ampliação do processo educacional como um todo; assim como sua participação nas especificidades da educação inclusiva.

Ao analisarmos o Curso de TA, e como se deu a sua instituição por meio do Programa de formação de professores, percebemos que este buscou subsidiar conhecimentos teóricos e práticas para o atendimento do crescente ingresso de estudantes PAEE na rede pública de ensino, tendo em vista as manifestações que os professores vem pontuando em relação a sua necessidade de formação continuada sobre a educação especial na perspectiva da educação inclusiva.

O referido órgão público SEESP, frisou que as necessidades de formação indicadas pelos professores, não faziam parte da realidade destes profissionais da educação, muito menos fizeram parte do seu processo formativo inicial. Essa demanda apresentada em âmbito nacional foi o que direcionou as ações do MEC para o desenvolvimento do Programa de Formação Continuada de professores da educação especial.

7. Referências

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Política de Educação Especial na Perspectiva da Inclusão**. Brasília: Ministério da Educação, 2008a.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Edital nº. 02 de 26 de abril de 2007**. Programa de Formação Continuada de Professores na Educação Especial. Brasília: Ministério da Educação, 2007a.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Edital nº. 06 de 27 de junho de 2007**. Programa de Formação Continuada de Professores na Educação Especial. Brasília: Ministério da Educação, 2007b.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Edital nº. 07 de 28 de junho de 2007**. Programa de Formação Continuada de Professores na Educação Especial. Brasília: Ministério da Educação, 2007c.

BRASIL. **Plano de Desenvolvimento da Educação**: razões, princípios e programas. Brasília: Ministério da Educação, 2007d.

⁸ SEED – foi extinta em 2011 pelo Decreto nº 7480/20011

⁹ SEESP – foi extinta em 2011 pelo Decreto nº 7480/20011. Porém, torna-se importante destacar a sua participação junto à SEED na viabilização de formações continuadas na área da educação inclusiva.

BRASIL. Secretaria de Educação a Distância. **Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância**. Brasília: Ministério da Educação, 2007e

BRASIL. **Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Brasília: Ministério da Justiça, 2007f.

BRASIL. **Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006**. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil. Brasília: Ministério da Justiça, 2006a.

BRASIL. **Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Ministério da Justiça, 2005a.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília: Ministério da Justiça, 2005b.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES 2, de 19 de Fevereiro de 2002**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso. Brasília: Ministério da Educação, 2002.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais da Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: Ministério da Educação, 2001.

BRASIL. **Decreto nº 1.917, de 27 de maio de 1996**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Ministério da Educação e do Desporto e dá outras providências. Brasília: Ministério da Justiça, 1996b.

FUJITA, O. M. **Desenvolvendo Competências por Meio da Educação a Distância**. In: SCHLÜNZEN, E. T. M. (Org.). Tecnologia Assistiva, Projetos, Acessibilidade e Educação a Distância: Rompendo Barreiras na Formação de Educadores. Jundiaí: Paco Editorial, 2011 p. 35-51.

MALHEIRO, C. A. L. **Estratégias: Diferentes Abordagens na Mediação Pedagógica em EaD**. In: SCHLÜNZEN, E. T. M. (Org.). Tecnologia Assistiva, Projetos, Acessibilidade e Educação a Distância: Rompendo Barreiras na Formação de Educadores. Jundiaí: Paco Editorial, 2011^a p. 15-33.

MALHEIRO, C. A. L. **Desenvolvimento, Adequação e Seleção de Materiais Didáticos para o Curso de Tecnologias Assistivas**. In: SCHLÜNZEN, E. T. M. (Org.). Tecnologia Assistiva, Projetos, Acessibilidade e Educação a Distância: Rompendo Barreiras na Formação de Educadores. Jundiaí: Paco Editorial, 2011b p. 55-78.

PEREZ, D. J. G. et. al. **Módulo Introdutório do Curso a Distância em Tecnologia Assistiva: Inovações Tecnológicas e Pedagógicas na Inclusão Escolar.** In: SCHLÜNZEN, E. T. M. (Org.). Tecnologia Assistiva, Projetos, Acessibilidade e Educação a Distância: Rompendo Barreiras na Formação de Educadores. Jundiaí: Paco Editorial, 2011 p. 117-140.

PRESIDENTE PRUDENTE. Faculdade de Ciências e Tecnologia. **Manual do Curso de Tecnologia Assistiva, Projetos e Acessibilidade, Promovendo a Inclusão.** São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 2009.

RINALDI, R. P. et. al. **Formação de Professores Para o Uso de Objetos de Aprendizagem como um Recurso Pedagógico no Processo de Ensino de Pessoas com Necessidades Especiais.** In: SCHLÜNZEN, E. T. M. (Org.). Tecnologia Assistiva, Projetos, Acessibilidade e Educação a Distância: Rompendo Barreiras na Formação de Educadores. Jundiaí: Paco Editorial, 2011 p.159-176.

SANTANA, E. da S. et. al. **Projetos para a Inclusão.** In: SCHLÜNZEN, E. T. M. (Org.). Tecnologia Assistiva, Projetos, Acessibilidade e Educação a Distância: Rompendo Barreiras na Formação de Educadores. Jundiaí: Paco Editorial, 2011 p. 179-192.

SANTOS, F. dos et. al. **Tecnologia Assistiva: Perspectiva para potencializar a inclusão digital e escolar.** In: SCHLÜNZEN, E. T. M. (Org.). Tecnologia Assistiva, Projetos, Acessibilidade e Educação a Distância: Rompendo Barreiras na Formação de Educadores. Jundiaí: Paco Editorial, 2011 p. 143-158.

SÃO PAULO. Faculdade de Ciências e Tecnologia. **Relatório Técnico e Científico da Primeira edição do Curso de TA.** São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 2009.

SÃO PAULO. Faculdade de Ciências e Tecnologia. **Relatório Técnico e Científico da Segunda edição do Curso de TA.** São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 2010.

SCHLÜNZEN, E. T. M et. al. **Programa de formação de professores a distância: perspectivas e diretrizes norteadoras.** In: PINHO S. Z. DE (org) Formação de Educadores: O Papel Do Educador E Sua Formação. São Paulo: Editora Unesp, 2008 p. 289-307.

VALENTE, J. A. **Curso de Especialização em Desenvolvimento de Projetos Pedagógicos com o Uso das Novas Tecnologias:** Descrição e Fundamentos in Educação a Distância Via Internet. São Paulo: Avercamp, 2003.